

## Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural - COMPHAC

Aos **sete** dias do mês de **dezembro** de dois mil e **dez**, às **treze horas e quarenta e cinco minutos**, em **segunda** convocação, reuniram-se no Auditório Elmano Ferreira Veloso, na sede da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, sito à Av. Olivo Gomes nº 100, Santana, nesta, o **Sr. Mário Domingos de Moraes**, na condição de Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural – COMPHAC, os Conselheiros, **Eng<sup>o</sup> Vitor Chuster**, representante da Diretoria da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, **Srt<sup>a</sup>. Silvia Corcevai**, representante da Diretoria da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, **Arqt<sup>o</sup> Gilberto Alves da Cunha**, representante da Secretaria de Planejamento Urbano; **Arqt<sup>o</sup> Luis Eugênio Galdino Braga**, representante da Secretaria de Obras, **Vereador Fernando Petiti**, representante da Câmara Municipal; **Dr<sup>a</sup> Cláudia Maria de Almeida**, representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; **Diácono Marcos Reis de Faria**, representante da Mitra Diocesana, **Arqt<sup>a</sup> Simone Aparecida Giomo Borges**, representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos de São José dos Campos – AEASJC; **Prof<sup>a</sup> Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali**, representante da Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP; **Sr. Eduardo Martins Gomes**, representante da Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos; **Dr. Ailton Barbosa Figueira**, representante do Escritório Regional de Planejamento do Estado de São Paulo – ERPLAN; **Hist. Edo Paiotti**, representante do Instituto de Estudos Valeparaibanos – IEV, **Arqt<sup>a</sup> Dilene Zaparoli**, representante da Universidade Paulista – UNIP; **Dr. Sérgio Roberto Cardoso**, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; **Arqt<sup>o</sup> Carlos Marcelo Campos Teixeira**, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB; **Pastor Gerson Costa de Araújo**, representante do Conselho de Ministros Evangélicos – CME; **Sr. Cláudio Eduardo César Costa**, representante do Clube de Joseenses e Amigos – CJA e **Sr. Edmundo Carlos de Andrade Carvalho**, representante da Sociedade Amigos do Parque da Cidade Roberto Burle Marx - SAPCRBM. O presidente do Conselho, **Sr. Mário Domingos de Moraes** abre a reunião agradecendo a todos os Conselheiros pela presença, procede a leitura da pauta do dia e indaga se algum conselheiro tem alguma observação a fazer. **Sr. Mário Domingos de Moraes** passa a palavra ao Eng. Vitor para o prosseguimento dos trabalhos programados. Eng. Vitor passa ao primeiro assunto da pauta, referente à aprovação da ata da reunião anterior. Eng. Vitor indaga aos presentes se há algum reparo a fazer à ata da última

reunião realizada em 09 de novembro passado e se pode ser dispensada a leitura da mesma, em razão de ter sido previamente enviada aos senhores Conselheiros. Profa. Papali solicita retificação parcial da ata, para que passe a constar a seguinte redação no lugar de direito: *“Para ele a questão da volumetria é uma falácia, que muitas das mencionadas "estruturas de concreto aparente" são feitas por enchimento de tijolos e são revestidas não tendo nada de concreto aparente e que as janelas são indecentes pois não atendem à necessidade de controle de luz e ventilação para o conforto térmico de uma faculdade contemporânea e finaliza dizendo que suas respostas estão sendo dadas na mesma moeda que ele está sendo cobrado”*. Colocada a propositura em votação essa foi aprovada por unanimidade. Os Conselheiros concordam em dispensar a leitura da ata e Eng. Vitor coloca-a em votação, sendo essa aprovada por unanimidade, com a emenda apresentada pela Profa. Papali. Eng. Vitor passa ao segundo assunto da pauta, para conhecer, debater e deliberar sobre o calendário de trabalho proposto para o COMPHAC para o ano de 2011. Eng. Vitor faz uma breve apresentação da proposta. Sr. Mário Domingos de Moraes, abre a palavra aos Conselheiros. Arqta. Dilene relata que terá problemas em 2011 nas terças feiras em razão da grade de aula da UNIP e indaga se haveria possibilidade de se mudar o dia das reuniões para as quintas feiras. Dr. Ailton relata que para ele esse dia da semana não é possível, assim como externou o Sr. Cláudio César. Eng. Vitor afirma que historicamente nos reunimos às terças feiras, porque assim foi acordado com a maioria e que sempre que tentarmos mudar o dia da semana, é muito provável que outro conselheiro não possa, razão pela qual sugere que seja mantido a terça feira e o calendário proposto. Sr. Mário Domingos de Moraes indaga se algum Conselheiro tem alguma dúvida, alguma observação a fazer e se estão devidamente informados para que a proposta seja colocada em votação. Colocado o calendário de trabalho para 2011 em votação, esse foi aprovado por unanimidade. Eng. Vitor passa ao terceiro assunto da pauta, para debater e deliberar sobre a solicitação do Clube de Joseenses e Amigos para preservação do prédio da Faculdade de Direito do Vale do Paraíba, sito à Pça. Cândido Dias Castejon (procedimento interno nº 01269/SG/2010). Eng. Vitor faz um breve retrospecto das apresentações e discussões feitas pelo plenário do conselho em 26/10/2010 e 09/11/2010, lembrando que na primeira reunião foram apresentados dois relatórios elaborados pela Divisão de Patrimônio Histórico (DPH), abordando aspectos históricos, plásticos e arquitetônicos, bem como foi apresentada uma sugestão do que poderia ser preservado e como. Na reunião de novembro foi realizada uma apresentação pelo Arq. Paulo Sophia,

representando a Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE) e a Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), sobre as intervenções e construções idealizadas para esse imóvel, bem como foram apresentados e distribuídos documentos que em tese demonstrariam a impropriedade do tombamento solicitado pelo Clube de Joseenses e Amigos. Eng. Vitor solicita ao historiador Antonio Carlos Oliveira da Silva que faça considerações sobre o ponto de vista histórico. Historiador Antonio faz breves considerações sobre a pesquisa elaborada, justifica que ela foi feita até a inauguração do prédio, por entender que isso é suficiente para demonstrar a sua importância histórica e que tudo que decorreu após isso, seria apenas uma compilação dos acontecimentos posteriores. Eng. Vitor solicita à arquiteta Sonia Di Maio para que faça algumas considerações sobre o ponto de vista arquitetônico e que discorra sobre a proposta apresentada em 26 de outubro. Arqta. Sonia fazendo uso de projeção eletrônica passa a detalhar e explanar sobre a proposta apresentada na penúltima reunião. Arqta. Sonia apresenta esclarecimentos sobretudo em relação ao termo “pilares aparentes”, para que não pare dúvidas sobre o que quis explicitar em seu relatório, fala sobre a questão da escola modernista e suas linhas conceituais, discorre sobre o paralelo que traçou em relação à questão da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e as arcadas e por fim fala que a sugestão de proteção é ao prédio em sua forma original e que não abrange as ampliações e outras construções feitas posteriormente. Sr. Mário Domingos de Moraes, abre a palavra aos Conselheiros, informa que por motivos profissionais terá que se ausentar da reunião e que a partir desse instante, assume a presidência do conselho o Arqt. Gilberto Alves da Cunha, que é o vice-presidente. Profa. Papali pede a palavra e solicita que seja distribuído um documento elaborado e subscrito pelo Conselho Diretor da Fundação Valeparaibana de Ensino, datado de 07/11/2010 e que se manifesta contrariamente à proteção almejada pelo Clube de Jossenses e Amigos ao complexo da antiga Faculdade de Direito do Vale do Paraíba. Profa. Papali distribui o texto aos conselheiros e faz a sua leitura na íntegra, documento esse que passa a fazer parte integrante dessa ata como anexo I. Profa. Papali afirma que respeita o trabalho elaborado pela DPH, embora tenha um entendimento divergente, pois entende que não é necessária a preservação do prédio em si para perpetuar a história e a memória, relata que a construção de um novo empreendimento no local tem por finalidade gerar receitas adicionais que serão empregadas em melhorias destinadas aos alunos, como mensalidades mais baixa, mais salas de aula, maior conforto das instalações e que isso é um projeto de médio e longo prazo, para o futuro da instituição. Eng. Edmundo afirma que a FVE já teve tempo suficiente

para expor o seu ponto de vista e que a manifestação apresentada pelo Conselho Diretor da FVE é inoportuna, que a apresentação feita em 09/11/2010 foi arrogante, como tem sido a postura da direção em relação aos clamores da sociedade joseense. Eng. Edmundo enaltece as pesquisas e os trabalhos desenvolvidos pela DPH, os quais considera suficientes para uma tomada de decisão no dia de hoje. Arqta. Dilene afirma que estudou bastante a questão e que acha impossível avaliar e decidir sem que se conheça o projeto arquitetônico, pois para ela a maquete eletrônica foi insuficiente, afirma que tem dúvidas sobre a legalidade de um uso comercial para as torres pretendidas pela FVE. Arqta. Dilene afirma que em outras cidades sempre se buscou preservar o primeiro prédio de um determinado curso e cita os casos da FAU na Rua Maranhão, Direito no Largo São Francisco e outro caso na cidade de Campinas e que parece que a FVE não deseja preservar o seu prédio número um. Para ela existem valores intangíveis que marcam o prédio como sendo o pioneiro e que isso deve ser considerado. Arqta. Dilene afirma que gostaria de indagar à Prefeitura sobre algumas questões como a legalidade ou não da edificação pretendida, uma vez que foi fruto de doação pública, sobre o impacto na vizinhança e etc, coloca que entende ser leviano decidirmos qualquer coisa, sem antes possuímos essas respostas, razão pela qual apresenta a proposta de que o conselho somente venha a deliberar sobre a proteção, após conhecidas as respostas às indagações que seriam encaminhadas à Prefeitura. Eng. Vitor relata que é preciso não extrapolarmos a missão e a competência do conselho, com assuntos que não nos dizem respeito. Discorre sobre as razões e os conceitos que nortearam a existência desse conselho, sua finalidade e a legislação vigente e que é um mito afirmar que um bem preservado não pode sofrer intervenções, que ele é imutável ou congelado. Eng. Vitor relata que intervenções e novas construções são possíveis, porém sempre com o aval do conselho, que busca dar visibilidade e perenidade ao bem protegido. Prof. Edo afirma que dá-se a impressão de um radicalismo por parte do conselho, o que não é verdade, pois é possível rever futuramente a nossa decisão, se houver uma nova proposta compatível com a proteção e o progresso. Coloca que é melhor um fim com um susto, do que um susto sem fim, razão pela qual entende que devemos decidir hoje sobre a proteção ou não do complexo. Eng. Edmundo relata que não dá para fugirmos da proteção e da preservação do complexo, pois está claro que se trata de um ícone da nossa cidade e de nossa história, postergar qualquer decisão a esse respeito só fragilizaria o conselho e como já disse anteriormente, o material produzido pela DPH é suficiente para decidirmos. Eng. Vitor entende que essa discussão é um processo, onde todas as partes foram

ouvidas democraticamente e que hoje todos os conselheiros tem elementos suficientes para uma tomada de decisão, lembra da missão do conselho e que postergar seria um retrocesso, pois o conselho poderia ficar à mercê de novos acontecimentos, lembra do descaso da FVE para com o prédio da Vila Samaritana protegido em 1998 e o anseio da sociedade civil organizada que tem se manifestado através da imprensa. Não se trata de sermos radicais, não somos conservadores ou retrógrados, mas também não somos progressistas que gostariam de ver a história e a memória apagadas, por isso entende que seria interessante decidirmos hoje e posteriormente se houver interesse da FVE, discutir uma nova proposta de ocupação que compatibilize de fato o passado com o futuro, mas de forma alguma poderia ser o projeto que nos foi apresentado, contem vestígios da faculdade ficariam atrás de uma pele de vidro, como se fosse uma vitrine de uma loja ou magazine. Vereador Petiti afirma que a FVE não pretende preservar nenhum dos itens sugeridos na proposta da DPH e que ele perdeu a chance de apresentar o projeto, limitando-se a uma maquete eletrônica. Dra. Cláudia afirma que é preciso cuidado, assim como na Europa, devemos nos preocupar não só com o bem protegido, mas também com seu entorno, por razões estéticas, paisagísticas e mesmo para possibilitar uma melhor leitura do conjunto, as edificações juntamente com os espaços livres ao seu redor devem ser preservados. Dra. Cláudia também entende que a FVE tem outras propriedades que talvez sejam mais propícias para o tipo de aproveitamento pretendido por eles. Eng. Vitor indaga à Arqta. Dilene se ela mantém a proposta dela. Arqta. Dilene informa que em razão das manifestações dos colegas retira a sua proposta. Eng. Vitor faz a contagem dos votantes, que são em número de 18 (dezoito), porém o presidente em exercício, Arq. Gilberto só votará em caso de empate e portanto teremos 17 (dezessete) conselheiros aptos a votar a proposta sugerida pela DPH e que foi reapresentada no dia de hoje pela Arqta. Sonia quando de sua exposição. Arq. Gilberto Alves da Cunha indaga se algum Conselheiro tem alguma dúvida, alguma observação a fazer e se estão devidamente informados para que a proposta sugerida pela DPH seja colocada em votação. Colocada a proposta em votação, essa foi aprovada por 16 (dezesseis) votos e 1 (um) contrário. A proposta sugerida pela DPH, passa a fazer parte integrante desta ata como anexo II. Eng. Vitor relata que o quarto assunto da pauta, para conhecer, debater e deliberar sobre a solicitação da Secretaria de Obras para retirada de muro e guarita, para construção de novo acesso ao Centro de Formação de Educadores (CEFE), na Av. Olivo Gomes (procedimento interno nº 01454/SG/2010), foi mais uma vez retirado para estudos adicionais. Eng. Vitor relata que o conselho recebeu uma nova demanda da Secretaria

Municipal de Educação para instalação de um almoxarifado em um galpão nas dependências da antiga parte fabril da Tecelagem Parahyba e que não consta de nossa pauta. Relata que a assunto é relativamente simples e indaga se os conselheiros concordam em apreciá-la. Colocado em votação os conselheiros decidem por unanimidade apreciar a matéria. Eng. Vitor faz um relato da solicitação e passa a palavra ao Arq. Robson, para que discorra sobre a solicitação. Arqt. Robson fazendo uso de projeção eletrônica passa a detalhar e explanar sobre a pesquisa realizada. Relata que a área perfaz 1.800 m<sup>2</sup> (um mil e oitocentos metros quadrados), discorre sobre a situação do local e todas as intervenções que estão sendo previstas, ressaltando que serão serviços de recuperação e que serão divididos em quatro fases distintas, tudo conforme parecer que passa a fazer parte integrante desta ata sob a forma de anexo III. Arq. Robson afirma que o parecer da DPH é favorável ao pretendido, até porque também será uma ótima oportunidade para se recuperar parte dos galpões fabris da antiga Tecelagem Parahyba. Arq. Gilberto, abre a palavra aos Conselheiros. Prof. Edo faz um comentário sobre as telhas e que em princípio deve ser quase um novo telhado. Dr. Ailton relata que nesse galpão existem mesmo dois tipos de telhas. Arq. Gilberto entende que devemos ter uma linguagem uniformizada, o que foi referendado pelo Arq. Robson. Dr. Ailton fala das condições do local e das diversas tentativas de ocupação anteriormente, pois sempre houve desistência em razão do custo de recuperação desse espaço, razão pela qual acha uma boa oportunidade de fazê-lo agora. Arq. Gilberto indaga se algum Conselheiro tem alguma dúvida, alguma observação a fazer e se estão devidamente informados para que a solicitação da SME seja colocada em votação. Colocada a solicitação em votação, essa foi aprovada por unanimidade. Eng. Vitor passa aos informes de caráter geral: 1) informa sobre o Tombamento da Residência Olivo Gomes pelo CONDEPHAAT; e 2) informa sobre o arquivamento do processo de estudo de Tombamento da Usina de Leite pelo CONDEPHAAT e lê a resposta recebida daquele conselho. Não havendo mais assuntos agendados e informes a tratar, o Sr. Mário Domingos de Moraes abre a palavra aos Conselheiros que dela queiram fazer uso. Não havendo Conselheiros que queiram fazer uso da palavra, Eng. Vitor aproveita para agradecer novamente a presença dos Conselheiros e lembrá-los que a nossa próxima reunião ordinária de trabalho está marcada para o dia 25 de janeiro de 2011, e que caso não haja a possibilidade do titular em comparecer, que esse entre em contato com o respectivo suplente a tempo. Arq. Gilberto e Eng. Vitor aproveitam para agradecer novamente a presença dos Conselheiros e pelos trabalhos que foram desenvolvidos ao longo desse ano e desejam um

feliz natal a todos e aos seus familiares e que tenham um ano novo repleto de realizações, com muita saúde, paz e prosperidade. Arq. Gilberto aproveita para dizer que espera contar com todos no próximo ano. Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício do COMPHAC, **Arq. Gilberto Alves da Cunha** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, da qual eu Eng. Vitor Chuster, Secretário do COMPHAC, lavrei a presente ata, em **sete** folhas, digitadas somente no anverso, que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, cuja aprovação se deu na reunião de **25 de janeiro de 2011**.

**Engº Vitor Chuster**  
**Secretário do COMPHAC**

**Mário Domingos de Moraes**  
**Presidente do COMPHAC**